

CERTIFICAÇÕES S

A NOVA GERAÇÃO DAS BOA

Na década passada, o objetivo principal das certificações de hortifrúticas era tranquilizar os consumidores quanto à qualidade e segurança dos produtos. Nos anos 2010, a abordagem dos protocolos de certificação tem ganhado nova perspectiva, agora, a socioambiental. Essas certificações diferenciam o produto, especialmente aos olhos de compradores estrangeiros, e alcançam a importância dada, na década passada, às que atestavam a segurança do alimento (*food safety*). As certificações socioambientais podem ser consideradas a nova geração de certificações de alimentos em geral e sua importância promete crescer no País.

Apesar dos avanços da certificação de frutas no Brasil nos últimos 10 anos, uma parcela relativamente pequena dos produtores conta com esse diferencial, sendo a maioria deles fornecedores principalmente do mercado externo ou de grandes redes varejistas brasileiras. Muitos

dos que ainda não são certificados, apesar de todas as dificuldades, estão constatando que é necessário obter certificação. As razões do produtor vão desde a busca por diferenciação ou ganho de competitividade até o fato de que, caso não certifique sua produção, certos compradores não aceitarão o seu produto em futuro próximo.

Pesquisa da **Hortifruti Brasil** mostra que certificação é tema de interesse dos produtores, especialmente de frutas, mas a maioria desconhece a variedade dos selos disponíveis para o setor hortifrútico. Nesta *Matéria de Capa*, são apontadas as principais tendências, desafios e oportunidades da certificação para os próximos anos. O objetivo é contribuir para uma maior familiarização dos hortifruticultores a respeito dos diferentes protocolos existentes, os quais são catalogados em três grupos: Orgânicos, Boas Práticas Agrícolas e Socioambientais.

HÁ ESPAÇO PARA TANTAS CERTIFICAÇÕES?

Nos últimos anos, tem ocorrido uma proliferação de normas e selos. Isso está relacionado principalmente às certificações independentes, como as promovidas por Organizações não-Governamentais (ONGs), institutos ou empresas. Esse crescimento das certificações, porém, confunde consumidores e também produtores.

Na Europa, a certificação mais consolidada é a GLOBALG.A.P. Conhecida no mundo inteiro, a GLOBALG.A.P (antes conhecida como EUREPG.A.P) foi criada devido à necessidade de se atestar que o produto havia sido cultivado segundo as Boas Práticas Agrícolas, sendo respeitados os limites de resíduos de defensivos agrícolas, por exemplo. Hoje, essa certificação é requisito mínimo para exportação de frutas para a maioria dos mercados europeus.

Nessa mesma linha, redes de supermerca-

dos criaram regras próprias, como é o caso da Tesco. Para fornecer frutas e hortaliças à rede Tesco, é necessário obter o selo *Tesco Nurture* (antigo *Tesco Nature's Choice*). Há ainda o Consórcio dos Varejistas Britânicos (*British Retail Consortium – BRC*), que é um referencial de certificação para aqueles que pretendem exportar alimentos para o Reino Unido. Já o Padrão Internacional do Alimento (*International Food Standard – IFC*), que tem muito em comum com o BRC, é utilizado por quem objetiva abastecer o mercado alemão com alimentos processados.

Fairtrade e *Rainforest* são exemplos de certificações internacionais que seguem princípios de sustentabilidade socioambiental. São mais antigas que a própria GLOBALG.A.P, mas a sua popularidade ainda é pequena. Mais recentemente, foram criadas, também, normas

OCIO AMBIENTAIS S PRÁTICAS NA FRUTICULTURA

socioambientais como as da Ecocert, a *Fair for Life* e as do IBD Certificações. O ganho de notoriedade tem ocorrido porque compradores de todo o mundo estão de olho nas questões socioambientais.

Por conta da necessidade de se comprovar a responsabilidade social na cadeia produtiva, compradores europeus, principalmente do Reino Unido, passaram a exigir que certificações como GLOBALG.A.P, Tesco ou BRC venham acompanhadas da filiação do produtor à *Supplier Ethical*

Data Exchange (Sedex), organização preocupada com o desempenho ético, que conecta empresas e seus fornecedores globalmente.

Diante de tantas particularidades, chega-se à conclusão de que, para o produtor, o mais viável seria a junção das certificações, pelo menos das que apresentam o mesmo foco: Boas Práticas Agrícolas, Orgânico ou Socioambiental. Ou, melhor ainda, que fosse criado um protocolo oficial em condições de ser aceito pelos principais compradores internacionais.

Evolução dos principais selos de certificação no País

Até os anos 90

BPA IFOAM
Produção Integrada
& Orgânicas



Anos 2000

GLOBALG.A.P.



Anos 2010

**CERTIFICAÇÕES
SOCIOAMBIENTAIS**

QUAL CERTIFICAÇÃO ADOTAR?



Basicamente, as certificações aplicáveis às frutas podem ser divididas em três grandes grupos: Orgânicas, Socioambientais e de Boas Práticas Agrícolas. Nas páginas a seguir, estão as principais regulamentações, protocolos e certificações pertencentes a cada grupo. O desafio inicial que os produtores enfrentam é saber por qual(is) delas optar.

Muitas vezes, os cursos e treinamentos oferecidos pelas certificadoras são custosos e/ou longe do local de produção. Além disso, são poucos os encontros nacionais do setor que abordam esse tema de maneira detalhada. Faltam, ainda, iniciativas para qualificação de mão-de-obra. De colhedores a agrônomos, produtores alegam dificuldade de contratação de pessoas preparadas para implantação ou manutenção das normas na fazenda.

Nesse sentido, são desejáveis mais eventos e treinamentos, de caráter gratuito e realizados próximo aos pólos produtores, que abordem diferentes certificações e esclareçam dúvidas técnicas e sobre mercado. Enquanto não se depara com essas oportunidades, o produtor pode consultar especialistas do Ministério da Agricultura, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), de organismos como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e acessar sites das certificações ou certificadoras.

Escolher a certificação é um desafio dos tempos modernos, dada a grande diversidade de certificações existentes. Segundo Daniel Gularte, da certificadora *Technische Überwachungsvereine (TÜV)*, que atua no País com o nome de Organizações de Inspeções Técnicas Rheinland do Brasil, o principal ponto a ser verificado é a exigência do mercado que se quer atender. Pa-

ra abastecer a Europa, ainda segundo Gularte, GLOBALG.A.P e *Tesco Nurture* são as certificações mais importantes. Essas certificações, relacionadas às Boas Práticas de Produção, permitem que o produto tenha sua comercialização autorizada em vários mercados do bloco europeu. Já as certificações que atribuem valor ao produto, como as socioambientais e orgânicas, facilitam a entrada em mercados mais restritos, os quais, muitas vezes, pagam mais. Assim, de acordo com Gularte, adotar uma dessas certificações pode abrir espaço em mercados de nicho.

Escolhida uma certificação, é necessário decidir-se por uma certificadora, que é a entidade encarregada de verificar se o produtor ou a empresa atende aos requisitos necessários segundo a norma escolhida. Se estiver em conformidade, a certificadora emite, então, a certificação, a ser renovada de tempo em tempo. Alguns protocolos, como o GLOBALG.A.P, possuem mais de uma certificadora no Brasil. Segundo Tom Vidal, gerente comercial do IBD Certificações, o produtor deve saber exatamente qual certificação está sendo exigida pelo comprador com quem ele objetiva negociar, uma vez que há diversos programas disponíveis para um mesmo mercado consumidor. Com base nessa informação, ele, então, deve procurar as certificadoras cadastradas pelo programa escolhido e exigir das mesmas a comprovação desse(s) credenciamento(s). Para escolher uma certificadora, um aspecto importante, além de preços, são os serviços de atendimento ao produtor. Nesse sentido, é importante procurar conhecer e comparar tanto a história quanto a estrutura de cada certificadora. Sempre que possível, é altamente recomendado também se informar com quem já é certificado.

CERTIFICAÇÕES ORGÂNICAS



A produção orgânica visa principalmente à oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais e que preservem a diversidade biológica dos ecossistemas.

As certificações orgânicas estão entre as mais antigas, com os primeiros movimentos datados na década de 1920, na Europa. Naquela época, foi criado o sistema Deméter de produtos orgânicos biodinâmicos, cujo selo existe até hoje.

Daí em diante surgem diversas correntes, com atuações isoladas, de agricultura orgânica. Na década de 70, diversos movimentos se unem, fundando a Federação Internacional do Movimento da Agricultura Orgânica (*International Federation of the Organic Agriculture Movements – IFOAM*). Paralelamente, aparecem as primeiras iniciativas orgânicas no Brasil.

Apenas na década de 90, a União Européia estabelece uma regulamentação governamental para a agricultura orgânica. E, em 23 de dezembro de 2003, a agricultura orgânica passa a ser regulamentada no Brasil pela Lei nº 10.831.

Com base nessa lei, neste ano passa a ser obrigatório àqueles que pretendem comercializar produtos orgânicos no Brasil o registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), mais especificamente através do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg). Para obter esse registro, o produtor deve primeiramente procurar certificadoras credenciadas ou os chamados

Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs), que avaliam todo o sistema do produtor, autorizando ou não o seu registro, o que lhe dá direito ao selo do SisOrg. Há uma exceção quanto à obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos específica para aqueles que são vendidos diretamente aos consumidores, em feiras e pequenos mercados locais, por exemplo. É dispensada a necessidade de registro junto ao Ministério, mas esses produtores/vendedores têm de fazer parte de uma Organização de Controle Social (OCS).

A produção orgânica deve seguir a regulamentação do mercado onde será comercializada. No Brasil, de acordo com definição do Ministério da Agricultura, produtos orgânicos são, em linhas gerais, aqueles cultivados sem o uso de defensivos, adubos químicos e outras substâncias sintéticas. Além dessa “definição” brasileira, há normas específicas para o Japão, Canadá, Estados Unidos e União Européia, que são apresentadas a seguir. Ou seja, mesmo que o produtor possua um selo orgânico regulamentado pela lei brasileira, caso pretenda vender sua fruta para a Europa, deve ser certificado conforme a lei daquele bloco.

PRINCIPAIS REGULAMENTAÇÕES DE ORGÂNICOS NO BRASIL



A Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamenta a produção de orgânicos no Brasil. Há diferentes certificadoras que aplicam as normais brasileiras para praticamente todos os produtos agrícolas. A partir deste ano, o registro do produtor orgânico junto ao Ministério da Agricultura, através do SisOrg, é obrigatório.



O *Canada Organic Regime* (COR) foi elaborado pelo governo do Canadá. A Agência Canadense de Inspeção de Alimentos (*Canadian Food Inspection Agency – CFIA*) é responsável pelo acompanhamento e aplicação dos regulamentos. Há organismos de certificação, espalhados por todo o mundo, responsáveis por verificar a aplicação dos padrões canadenses.



O CR 834/07 (*Council Regulation No 834/07*) regulamenta produtos orgânicos na União Européia. A fim de atestar para os consumidores em todo o mercado que o produto é orgânico, o logotipo é obrigatório para todos os alimentos orgânicos pré-embalados produzidos na União Européia. No caso de não-embalados, seu uso é voluntário.



A Norma *Japanese Agricultural Standard* (JAS) de produtos orgânicos foi estabelecida no Japão com base nas diretrizes para a produção, processamento, rotulagem e marketing de produtos orgânicos, que foram aprovadas pela Comissão do Codex Alimentarius. Organismos de certificação registrados no Japão ou em outros países podem conceder o uso do logotipo JAS orgânico nos produtos que sejam produzidos ou fabricados em conformidade com essas normas.



O Programa Norte-Americano de Orgânicos (*National Organic Products – NOP*) faz parte do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). O NOP desenvolve, implementa e administra critérios para a produção, manuseio e normas de rotulagem. Além disso, credencia empresas privadas, organizações e órgãos estaduais para certificar produtores e manipuladores de acordo com as normas NOP, inclusive em outros países.



**BOAS PRÁTICAS
AGRÍCOLAS**

CERTIFICAÇÕES DAS BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Das *Matérias de Capa* da **Hortifruiti Brasil** já abordaram o tema certificação na fruticultura. Naquelas edições, foram tratadas as certificações orientadas para as Boas Práticas Agrícolas – grupo que agrega as mais utilizadas hoje pela fruticultura nacional. Na edição de março de 2003, foi identificado o aumento da preocupação de consumidores principalmente com a segurança do alimento, destacando-se a necessidade de se implantarem sistemas de produção que atendam a mercados mais exigentes. Em setembro de 2005, a **Hortifruiti Brasil** confirmou essa tendência e mostrou que tanto empresas exportadoras de frutas quanto propriedades que comercializam sua produção no Brasil já estavam obtendo certificações, com destaque para a PIF e a antiga EUREPG.A.P (atual GLOBALG.A.P).

As certificações desse grupo visam à rastreabilidade, à qualidade e à segurança dos produtos. Além disso, a legislação relativa ao meio ambiente e à sociedade deve ser respeitada. Tecnicamente, essas certificações estão apoiadas em conceitos mundialmente conhecidos, principalmente nos contidos nas Boas Práticas Agrícolas (BPA), na Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e no Manejo Integrado de Pragas (MIP).

O protocolo de Boas Práticas Agrícolas aborda principalmente os procedimentos de higiene de produção e das instalações. O sistema APPCC, por sua vez, permite a análise dos perigos e riscos das operações, sejam eles químicos, físicos ou microbiológicos, visando à segurança do alimento e saúde do consumidor. O MIP foca a racionalização do uso de defensivos de acordo com o grau de infestação de pragas e vetores e incidência de doenças.

É possível dizer que a base da Produção Integrada teve origem na década de 50, quando começa a ser promovido na Europa o Manejo Integrado de Pragas (MIP). Na década de 70, surge na Europa, a partir do MIP, a Produção Integrada de Frutas (PIF), sendo utilizada em produção de frutas de clima temperado.

Por cerca de vinte anos, as exigências foram sendo alinhadas e, na década de 90, empresas varejistas da Europa publicam as normas EUREPG.A.P, hoje GLOBALG.A.P. Baseada nessas normas vigentes da Europa (ex-EUREPG.A.P e PIF européia), foi desenvolvida a PIF na América do Sul.

No Brasil, a PIF foi apoiada pelo Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), iniciando em 1998 com pomares de ma-

AS BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS VISAM A RASTREABILIDADE, A QUALIDADE E A SEGURANÇA DOS HORTIFRUTÍCOLAS. ALÉM DISSO, A LEGISLAÇÃO RELATIVA AO MEIO AMBIENTE E À SOCIEDADE DEVE SER RESPEITADA.

çã em Vacaria (RS) e Fraiburgo (SC). A PIF nacional evolui, e são criados novos selos, como o Fruta Sustentável, do Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf).

Com as normas já consolidadas, no final da década de 90 e nos anos 2000, o Carrefour e o Pão de Açúcar, as maiores redes de supermercados que atuam no Brasil, estabelecem selos privados de qualidade que são exigidos aos seus fornecedores com base nos conceitos da Produção Integrada. Hoje, os protocolos do varejo ganham força tanto no Brasil como no mercado internacional com o *Tesco Nurture* e o BRC.

PRINCIPAIS SELOS DE BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS NO BRASIL

CERTIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL	FOCO	USO NO SETOR	MERCADO
	Idealizada pelo Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf) e sob responsabilidade da Organização Internacional Agropecuária (OIA).	Assegurar a qualidade da produção, através dos parâmetros das Boas Práticas Agrícolas (BPA). A rastreabilidade também é garantida com este sistema.	O selo pode ser adquirido por produtores de todas as frutas brasileiras.	O selo é bastante recente, de modo que está sendo feito um trabalho de divulgação.
GLOBALG.A.P.	GLOBALG.A.P (antiga EUREPG.A.P) estabelece normas voluntárias para a certificação agrícola e conta com diversos organismos de certificação.	A norma é projetada para minimizar os impactos ambientais da produção dos alimentos, reduzindo o uso de insumos químicos e garantindo uma abordagem responsável para a saúde e segurança do trabalhador.	O GLOBALG.A.P serve como um manual prático de Boas Práticas Agrícolas (BPA) em qualquer lugar do mundo, podendo ser aplicado para uma infinidade de produtos agrícolas.	A obtenção deste selo favorece a comercialização da fruta no mercado mundial.
	Regulamentada pelo Mapa. O Inmetro credencia as certificadoras da PIF. Hoje, sete organismos podem realizar a Avaliação da Conformidade da PIF - disponíveis no site do Inmetro.	Tem foco em Boas Práticas Agrícolas (BPA) e busca um processo que possibilite, entre outras coisas, a diminuição dos custos de produção e o aumento do grau de credibilidade e confiabilidade do consumidor.	Hoje, existem normas específicas de Produção Integrada de Frutas para: maçã, uva, manga, mamão, caju, pêssego, melão, banana, maracujá, figo, citros, caqui, coco, goiaba e morango - disponíveis no site do Inmetro.	Está sendo feito um trabalho para maior reconhecimento dessa certificação, principalmente, em território nacional.
	<i>Tesco Nurture (ex-Tesco Nature's Choice)</i> foi criada pelo supermercado Britânico Tesco e possui certificadoras no Brasil credenciadas para auditoria.	O grupo Tesco declara que a certificação visa a atender os clientes (consumidores), que exigem hortifrutícolas frescos e saborosos, cultivados de forma segura e com mínimo impacto ambiental.	A certificação é usada por hortifruticultores de diversas partes do mundo, sendo todos fornecedores da rede Tesco.	É uma norma específica para atender à rede Tesco, não sendo válida em outros mercados.
	A <i>BRC Global Standard For Food Safety</i> foi desenvolvida pelo <i>British Retail Consortium</i> (BRC). No Brasil, há duas certificadoras que trabalham com este selo.	A certificação BRC traz reconhecimento aos fornecedores de alimentos, proporcionando confiança aos compradores/ importadores.	Empresas do setor frutícola obtêm este selo quando pretendem exportar seus produtos para supermercados da Europa.	Facilita o fornecimento principalmente a supermercados do Reino Unido, Alemanha e França.
	O Selo Garantia de Origem foi criado pelo Grupo Carrefour e é certificado por uma equipe técnica do próprio grupo.	O Selo Garantia de Origem assegura a qualidade e segurança dos alimentos comprados nas lojas Carrefour, sendo que os produtores parceiros do Programa seguem as normas de Boas Práticas Agrícolas.	As fazendas certificadas pelo Carrefour estão espalhadas por todo o País e fornecem diferentes produtos, como banana, limão, laranja, maçã, manga, mamão, melão, uva e hortaliças embaladas.	A obtenção deste selo visa à comercialização dos hortifrutícolas nas lojas do Grupo Carrefour.
	Criado pelo Grupo Pão de Açúcar, o programa está alinhado tecnicamente com o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (Para) da Anvisa.	Segundo o Grupo, um dos objetivos do Programa Qualidade desde a Origem é desenvolver a cadeia produtiva, transmitindo maior confiabilidade na compra de FLV.	A certificação pode ser obtida por produtores de quaisquer frutas, legumes e verduras.	A obtenção deste selo visa à comercialização dos hortifrutícolas nas lojas do Grupo Pão de Açúcar.

CERTIFICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS



A busca por uma produção responsável com relação às condições de trabalho iniciou na década de 40, com o movimento Comércio Justo e Solidário na Europa. Desde o início, a idéia era a comercialização de produtos através de sistemas mais justos de remuneração, permitindo o desenvolvimento da comunidade local.

Na década de 60 inicia efetivamente a prática do Comércio Justo (do inglês *Fair Trade*) com organizações não-governamentais, instituições filantrópicas e grupos religiosos. Em 1967, foi criada a *Fair Trade Organisatie*, na Holanda.

Foi na década de 80 que o Comércio Justo ganhou impulso com a criação das primeiras organizações, como a *International Federation for Alternative Trade (IFAT)*.

Já na década de 90, 12 grandes importadores se uniram para formar a *European Fair Trade Association (EFTA)*. Em 1994, consolidou-se a primeira rede europeia de lojas especializadas em Comércio Justo. No mesmo ano, formou-se a primeira grande associação fora do continente europeu, a *North American Alternative Trade Organization*, hoje *Fair Trade Federation (FTF)*. Em 1997 é criada a *Fairtrade Labelling Organizations International (FLO)*, uma organização que congrega 17 certificadoras situadas na Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão.

No Brasil, o Comércio Justo passa a ser amplamente debatido nos anos 2000, após a criação da FLO, com as normas sendo implantadas de acordo com a realidade nacional.

Apesar de haver certificações específicas para as questões socioambientais, há outras que conciliam esses conceitos aos de Boas Práticas. Esses programas absorvem aspectos, por exemplo, das normas ISO 14001 e SA 8000 (*Social Accountability*) que ressaltam, respectivamente, os requisitos de gestão ambiental e de práticas sociais. Como exemplo, pode-se citar a Produção Integrada de Frutas (PIF), que contempla aspectos relacionados

à responsabilidade social orientados para a segurança do trabalho e à racionalização do uso de defensivos agrícolas.






Há ainda, o *Supplier Ethical Data Exchange (Sedex)*, organização sem fins lucrativos, sediada em Londres, que tem o objetivo de conectar empresas e seus fornecedores globais para compartilhar dados e permitir a melhora contínua do desempenho ético. Essa dinâmica é feita através do *Sedex Members Ethical Trade Audit (SMETA)*, ou Auditoria de Comércio Ético dos Membros da *Sedex*, que reúne dados efetivos sobre as práticas socialmente responsáveis no campo – principal-

O OBJETIVO DAS CERTIFICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS É A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, QUE COMBINE PRÁTICAS PREOCUPADAS COM O AMBIENTE E A SOCIEDADE, SEM DEIXAR DE LADO ASPECTOS ECONÔMICOS.

mente nos países em desenvolvimento. Na Europa, sobretudo em redes varejistas do Reino Unido, o produtor é orientado a se filiar a esse programa.

As certificações socioambientais trazem, muitas vezes, exigências além das previstas em lei, com requisitos bem definidos. O objetivo é a produção sustentável, ou seja, que combine práticas preocupadas com o ambiente e a sociedade, sem deixar de lado aspectos econômicos (o necessário lucro do produtor).

PRINCIPAIS SELOS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL

CERTIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL	FOCO	USO NO SETOR	MERCADO
 FAIRTRADE <small>INTERNATIONAL</small>	<p>FLO é a organização sem fins lucrativos responsável pela norma. FLO-CERT realiza as atividades de certificação.</p>	<p>Menor desequilíbrio de poder nas relações comerciais, com atuação na África, Oceania, Ásia, América Latina e Caribe.</p>	<p>Utilizado principalmente por cooperativas de frutas com inserção no mercado internacional.</p>	<p>O selo é reconhecido nos EUA e na Europa, sendo o Reino Unido o maior mercado para frutas com essa certificação.</p>
	<p>No Brasil, é o Imaflo que audita as propriedades da <i>Rede de Agricultura Sustentável (RAS)</i>, reconhecido pelo selo <i>Rainforest Alliance Certified</i>. A RAS é uma coalizão de organizações conservacionistas independentes que promove a sustentabilidade social e ambiental através do desenvolvimento de normas.</p>	<p>Reconhecer e promover a agricultura responsável, estimulando a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento humano sustentável, através do cumprimento de critérios sociais, ambientais, agronômicos e de gestão nas propriedades.</p>	<p>Há propriedades certificadas RAS produtoras de uva no Vale do São Francisco e suco de laranja no estado de São Paulo. Em menor escala há produtores de lichia, abacate, cupuaçu e açaí certificados.</p>	<p>Os principais mercados que reconhecem a certificação RAS, em ordem de volume comercializado, são Europa, EUA, Canadá, Japão e Austrália. No mundo, a banana é a principal fruta comercializada com esse selo.</p>
	<p>O IBD Certificações é responsável pelos selos EcoSocial e Programa IBD INTEGRA.</p>	<p>Têm base nos preceitos do Comércio Justo, bem como nas legislações trabalhista, saúde e segurança ocupacional e meio ambiente, sendo o EcoSocial específico para orgânicos.</p>	<p>Aplicam-se a empresas, grupos de pequenos produtores e comercializadoras (<i>traders</i>) dos mais diversos ramos. No Brasil, já existem empreendimentos certificados.</p>	<p>Foco na Europa e Estados Unidos. Neste último, a demanda tem crescido mais. No mercado nacional, há um crescente interesse junto ao setor varejista.</p>
	<p>No Brasil, a Ecocert disponibiliza os selos <i>Ecocert Fair Trade (EFT)</i>, de Comércio Justo, e o Socioambiental.</p>	<p>Baseados na filosofia do comércio justo, os objetivos dos selos são fomentar a parceria de longo prazo entre produtores e compradores, garantir o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis e promover a transparência das informações.</p>	<p>O selo EFT é voltado para pequenos produtores. Já o Socioambiental pode ser concedido também a produtores de média e grande escalas. Na fruticultura, sua adoção ainda é restrita.</p>	<p>O EFT é reconhecido principalmente na Europa, mas há muitos produtos exportados também para os EUA, Japão e Austrália. O selo Socioambiental é voltado para o mercado interno.</p>
	<p>Esse sistema de certificação - <i>Fair for Life</i> - é realizado pela certificadora suíça Instituto de Mercado Ecológico (<i>Institute for Marketecology - IMO</i>).</p>	<p>Responsabilidade social na produção agrícola e Comércio Justo, complementado ainda por quesitos ambientais.</p>	<p>Na Argentina e no Chile, o programa abrange diversas frutas. No Brasil, a certificação para frutas está no início, com exceção do cacau.</p>	<p>Produtos certificados pelo <i>Fair for Life</i> encontram mercado principalmente na Europa.</p>

ADESÃO ÀS CERTIFICAÇÕES PROMETE CRESCER, MAS FALTA INFORMAÇÃO

Pesquisa com agentes da fruticultura nacional detectou potencial para aumento da adoção de certificações. Porém, a dificuldade de acesso à informação, principalmente para responder a dúvidas técnicas, limita esse avanço.

Essa constatação, entre outras apresentadas a seguir, baseia-se no trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Ciências dos Alimentos da ESALQ/USP de uma das autoras dessa *Matéria de Capa*, Mayra Monteiro Viana. Um questionário sobre a adesão às certificações de frutas foi enviado por correio eletrônico à comunidade **Hortifruti Brasil**, no segundo semestre de 2010. Das 141 respostas, foram consideradas, para esta análise, somente as 113 daqueles que trabalham com a fruticultura. Cerca de 80% desses respondentes são produtores rurais e boa parte direcionava uma parcela da produção ao mercado externo. O restante da amostra atua em beneficiamento e/ou comercialização.

Com base nas respostas, observou-se que os participantes apresentam grau de tecnificação superior à média que se considera para a fruticultura nacional. Portanto, os resultados não dizem respeito a uma média desse setor. Possivelmente, estão mais próximos da realidade dos agentes que têm algum grau de envolvimento com exportação e, por esse motivo, já convivem com a necessidade de ter certi-

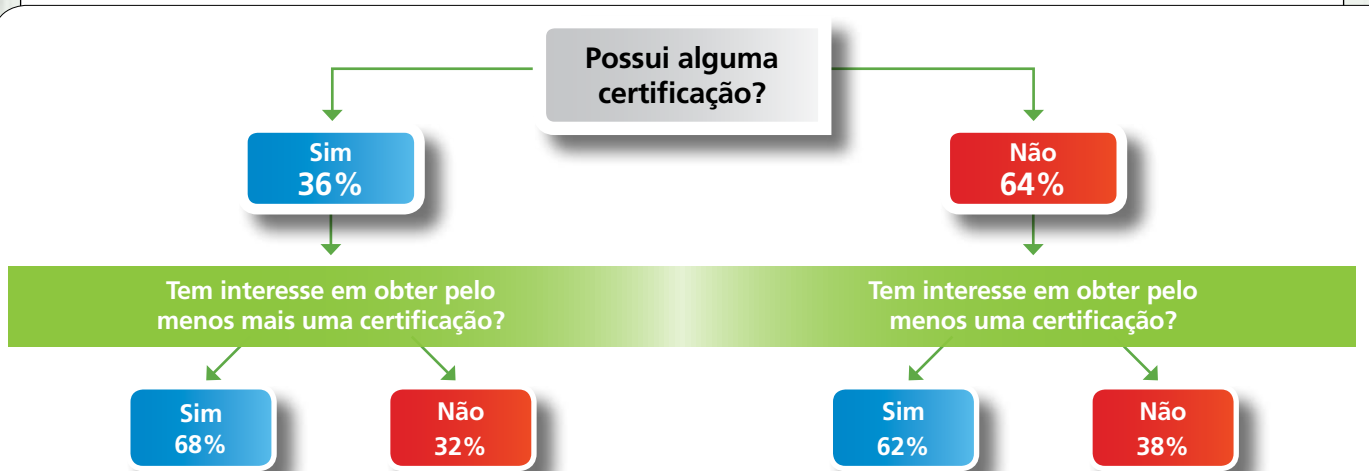
ficações e se interessaram pela pesquisa.

De acordo com resultados da mesma pesquisa, 36% dos respondentes possuem pelo menos uma certificação. Entre os que não têm, o principal motivo alegado foi a falta de informação sobre o tema, sobretudo a respeito das socioambientais. Neste grupo, contudo, 62% declararam interesse por obter uma ou mais certificações. Há, portanto, interesse em se ter a produção certificada! Nesse sentido, os participantes sugerem que fossem oferecidos palestras e cursos sobre o assunto, em condições acessíveis para todos os membros da cadeia produtiva.

As certificações de Boas Práticas Agrícolas seriam as mais adotadas pelos agentes que participaram da pesquisa, com adesão de quase 30% deles. Quanto às socioambientais, 11% dos participantes teriam esse tipo de certificação, enquanto as orgânicas teriam sido obtidas por 5% do total.

Parte expressiva dos produtores que já possuem certificação – a maioria tem relativa ao grupo de Boas Práticas – quer obter outra e, a propósito, destaca-se o interesse por aquelas do próprio grupo de Boas Práticas Agrícolas. Dentre os participantes que já possuem certificação, 68% declararam interesse por obter pelo menos mais uma. Isso leva a crer que, hoje, obter uma certificação apenas pode não ser suficiente.

HÁ INTERESSE DE TER A PRODUÇÃO CERTIFICADA!



Fonte: VIANA, M. M. Análise da demanda por certificações socioambientais na cadeia produtiva de frutas. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Ciências dos Alimentos, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP): Piracicaba, 2010. **Obs:** Os produtores/exportadores podem ter mais de uma certificação; 36% estavam nesta situação.

O FUTURO DAS CERTIFICAÇÕES



Com as certificações de Boas Práticas Agrícolas mais conhecidas e consolidadas no setor fruticultor, a tendência para os próximos anos é a busca pelas certificações pertencentes ao grupo das socioambientais, sobretudo com vistas a se expandirem os negócios com o mercado externo. Compradores europeus e norte-americanos têm demandado cada vez mais frutas produzidas em processos que prezam pela conservação do meio ambiente e pelo respeito aos trabalhadores envolvidos.

Esse tipo de exigência já é realidade no Reino Unido. Produtores e beneficiadores/comerciantes que desejam exportar para o grupo Tesco, por exemplo, além da certificação *Tesco*

Nurture, precisam seguir um sistema de caráter social, como o SMETA (da organização Sedex) que observa a ética no campo e o respeito às leis do trabalho. No Brasil, alguns produtores de maçã, uva, manga e melão já seguem as proposições deste sistema que está ganhando espaço no mercado. Outros também já sinalizam interesse pelas certificações socioambientais. Na pesquisa feita sobre certificações (página 16/17), as socioambientais estão em segundo lugar na intenção de se obter uma certificação, atrás apenas das de Boas Práticas Agrícolas, que são requisito mínimo para se exportar fruta.

E AS HORTALIÇAS?

No setor hortícola, a certificação é escassa e ainda não está bem desenvolvida, apesar de ter avançado nos últimos anos. No Brasil, já existem programas que atendem a padrões de segurança alimentar como a Produção Integrada de Tomate Indústria (PITI) e a Produção Integrada de Batata (PIB).

A PITI foi desenvolvida em 2004 e as normas, que ao serem atendidas concedem selo próprio, começaram a ser testadas em 2007, contando com o incentivo das indústrias de processamento. Já com relação à Produção Integrada para tomates de mesa, em 2009, na região produtora de Caçador (SC), foi feita a primeira experiência. O projeto foi uma parceria entre a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), a Universidade do Contestado (UnC), a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), a Associação de Tomateiros de Caçador e os sindicatos rurais patronal e dos trabalhadores. O resultado desta experiência foi maior produtividade, frutos mais saudáveis e com menor resíduo de defensivos químicos. O processo de certificação será iniciado neste ano.

No setor da batata, a PIB é praticada desde

2005. Entre seus objetivos, destaca-se a busca por redução do uso de defensivos na lavoura, o que representa economia ao produtor, oferta de produtos de melhor qualidade e, portanto, mais competitivos no mercado.

Outros programas com finalidades semelhantes são os selos “Garantia de Origem”, do Grupo Carrefour, e “Qualidade Desde a Origem”, do Grupo Pão de Açúcar. O “Garantia de Origem” objetiva atestar ao cliente que os alimentos certificados foram produzidos ou preparados em linha com conceitos de qualidade, responsabilidade ambiental e social. No caso das hortaliças, elas são apresentadas em embalagens próprias. Entre os produtos certificados estão: tomate, batata, cebola, cenoura, alfaces, beterraba, brócolis, couve-flor, entre outros. O Pão de Açúcar também possui diversas hortaliças certificadas com seu selo próprio, o “Qualidade Desde a Origem”. Entre elas estão: cenoura, batata, diversas variedades de tomate, pimentões, alfaces e outras folhosas. Todos apresentam o selo que visa garantir alimento de alta qualidade aos clientes, respeitando as normas trabalhistas e a adoção de Boas Práticas Agrícolas.■